síntese, nº 25
maio/ago/1982

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO MOBRAL* (UM DESACERTO AUTORITÁRIO III)

Vanilda P. Paiva

A montagem de estratégias de sobrevivência institucional está ligada sem dúvida ao poder e autonomia adquiridos pela administração do Mobral, a qual somente se explica em função da suposta importância do movimento como instrumento de legitimação do regime e de controle da população em nome da segurança interna. Mas, elas precisaram ser montadas como resposta a questões específicas em diferentes momentos: ao despovoamento de suas classes, à suposta consecução de suas metas, à abertura política e ao fim do AI-5. Vejamos mais concretamente como o Mobral reagiu a essas situações, considerando-se aqui três de suas mais importantes estratégias de sobrevivência: a do engajamento sistemático e massivo de alunos com menos de 15 anos, a do desenvolvimento de um programa de ação comunitária em associação direta com as forças armadas e a da transformação do movimento de campanha alfabetizadora num sistema nacional de educação permanente apoiado sobre a ação comunitária.

1. *O MOBRAL INFANTO-JUVENIL*

O chamado "Mobral Infanto-Juvenil" que deu origem à famosa CPI

---

* Ver "Síntese" nº 23, Set-Dez, 1981, 83-114; nº 24, Jan-Abril 1982, 51-72.

do Mobral teria nascido segundo Teresinha Saraiva, das dificuldades de recrutamento do movimento, Diz ela:

"... acredito que, em muitos casos, o fato de muitas crianças terem vindo para os postos, foi no momento em que o pique de recrutamento começou a se tornar mais difícil. Houve um momento ótimo de recrutamento, de mobilização. No princípio de 1974 foi com extrema dificuldade que conseguimos atingir a meta imaginável de recrutamento ... E sabíamos que ia se tornar cada vez mais difícil"(67).

A crescente dificuldade de recrutamento teria levado as Comissões Municipais, ansiosas por cumprir as metas estabelecidas pelo movimento, a aceitar crianças nas classes do Mobral. Isto se confirma através do fato de que não foi no nordeste do Brasil, na região onde se concentram os analfabetos, que surgiu a proposta do chamado "Mobral Infanto-Juvenil". Ela surgiu na região sul, mais especificamente no Rio Grande do Sul, onde as taxas de analfabetismo são substancialmente menos elevadas e onde as dificuldades de recrutamento apareceram mais rápida e drasticamente. Mas, não podemos dizer que a questão só se levanta com a inclusão de um programa infanto-juvenil da proposta orçamentária do Ministério da Educação e Cultura em 1974. Até se configurar numa proposta concreta, este tipo de prática tinha já uma longa trajetória dentro do movimento.

Todos os responsáveis pelo Mobral confirmam a existência de uma política de incorporação de menores de 15 anos às classes do movimento desde o início do programa e buscam justificá-la de algum modo. Marcos Candau(68) confirma que, desde a primeira hora, o Mobral aceitou rotineiramente em suas classes crianças de 10, 11, 12, 13 e 14 anos. O ex-ministro Jarbas Passarinho(69) admitiu e defendeu a presença de crianças "de 7 a 14 anos" nas classes do Mobral, dizendo que não era, para ele, absurdo aceitá-las onde não havia nenhum outro tipo de escola e que não lhe parecia correto deixar do lado de fora crianças que iam acompanhando seus parentes adultos querendo também aprender. No entanto, podemos constatar pelos percentuais oferecidos por Marcos Candau à CPI do Mobral que não se tratava da comovente aceitação eventual de uma ou outra criança, mas de uma política de recrutamento que incluia menores de 15

(67) *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 25.11.1975. p. 7325.
(68) *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 09.03.1976, p. 130.
(69) Ibidem,

anos: elas compunham 26% do alunado em 1971, 20% em 1972, 19% em 1973, 27% em 1974. Estas percentagens são suficientemente elevadas para afastar a hipótese da inexistência daquela política, a qual foi confirmada pelo Pe. Felipe Spotorno, que apoiou a sua defesa na autoridade do economista e ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, primeiro presidente da Fundação Mobral, com quem ele trabalhou diretamente na implantação do movimento. Diz ele:

"O Dr. Mário Henrique Simonsen é um economista e a primeira imagem do trabalho do Mobral não foi uma imagem, assim, de acolher o velhinho, aquele donde não se pode esperar rentabilidade e há mais um fato de quase compaixão, uma situação assim de dizer ao menos que ao morrer ele sabia assinar o seu nome. Partiu-se, então, para um princípio de economicidade e rentabilidade. E foi considerado, então, como limites mínimos permissíveis pela lei, 12 anos, que se caracteriza, em termos de psicologia, o começo da adolescência... o garoto de 12 anos já é um homem vivido, ele apresenta características além da sua idade, qualquer que seja a sua origem, e é, então, considerado, ao menos em termos vitais, em condições de adolescente. Daí o princípio de até 35 anos e, acima de 35, o que entrasse seria aceito. Esse era o pensamento do nosso trabalho com o Dr. Mário Henrique Simonsen, mais como uma atitude de um economista como ele é, e preocupado exatamente na rentabilidade e economicidade da operação que nós iríamos iniciar"(70).

O sucessor do Pe. Spotorno e de Mário Henrique Simonsen respectivamente na direção do programa e na presidência da Fundação Mobral, engenheiro Arlindo Lopes Correia, apela tanto para o argumento "econômico" quanto para a emoção propondo o Mobral como o grande "auxiliar do sistema formal" capaz de resolver não apenas o problema do analfabetismo do país mas o conjunto de problemas da educação popular. Diz ele: o Mobral na verdade significa o "fortalecimento do ensino supletivo" mas "não mais com o recolher os náufragos do sistema formal; não mais para retirar do gueto da frustração aqueles que não tinham sido bem sucedidos na educação formal quando crianças; não mais para recuperar os náufragos, mas criando um promissor sistema de euducação que, aliado ao sub-sistema formal, já então existente, constituiria um grande sistema de educação permanente em nosso país"(71). Se assim era, nada mais natural que

(70) Ibidem, 09.03.1976.
(71) Ibidem, 11.11.1975 e 18.11.1975.

o Mobral assumisse funções que, legalmente, deveriam ser preenchidas pelo sistema formal pré-existente.

Como já dissemos, esta questão se tornou pública quando o Mobral, por sugestão do ex-ministro Nei Braga, preparou um Projeto Infanto-Juvenil de caráter nacional e pretendeu incluí-lo na proposta orçamentária de 1974, visando atingir 1 milhão e 500 mil crianças. O conteúdo da proposta era o seguinte: o Mobral passaria a atender à clientela de 9 a 14 anos não absorvida pelo Sistema Regular de ensino, alfabetizando-a e incorporando-a ao seu Programa de Educação Integrada, quando não fosse possível integrá-los ao sistema regular de ensino após a alfabetização. Para tanto o movimento realizaria uma ação conjunta com o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, com as Secretarias estaduais e municipais de Educação e estaria encarregado de treinar o pessoal necessário ao programa, acompanhar o seu desenvolvimento e avaliá-lo. O Mobral estabelecia as prioridades, oferecia a metodologia e se encarregava de seu financiamento parcial. Submetido a um grupo de trabalho instituído no MEC para estudá-lo, tal projeto foi rejeitado porque criava na verdade um sistema paralelo ao sistema formal de ensino, assumindo as funções do Departamento de Ensino Fundamental, absorvendo recursos que poderiam e deveriam estar empenhados na tentativa de universalizar o ensino de primeiro grau.

O projeto apresentado se apoiava fundamentalmente sobre a experiência realizada pela prefeitura de Porto Alegre no ano de 1972. Verificamos, no entanto, que em 1971 o Mobral havia proposto aos Secretários de Educação dos Estados reunidos no Rio de Janeiro a realização de um programa experimental infanto-juvenil, sendo rejeitado taxativamente apenas por 4 deles(72). Deve-se observar que entre estes 4 o Rio Grande do Sul. Como então foi exatamente lá onde a experiência se desenvolveu? A resposta é simples. O Secretário Executivo do Mobral no Rio Grande do Sul ocupava, simultaneamente, o posto do secretário municipal de Educação na prefeitura de Porto Alegre, e nesta dupla condição colocou em prática a experiência sugerida pelo Mobral Central no ano anterior. Segundo explicou Arlindo Lopes Correia na CPI do Mobral, a "feliz coincidência" dos cargos concentrados numa mesma pessoa fez com que pudesse ter sido entregue a uma equipe do Mobral Central que visitava Porto Alegre em 1972 o resultado de um trabalho de adaptação do material e do processo didático do Mobral para crianças repetentes reincidentes. A experiência teria tido enorme êxito na alfabetização e reintegração daquelas crianças ao sistema formal de ensino fazendo-as nela reingressar na terceira série. O Mobral Central buscou, então, absorver o *know-how* do grupo porto-alegrense, passando a fazer convênios com outros Estados específicos para a alfabetização de menores de 15 anos, além de buscar aperfeiçoar a metodologia desenvolvida no Rio Grande do Sul e complementar o material didático(73).

(72) Ibidem, 09.03.1976, p. 129 (depoimento do Pe. Spotorno). Os estados que não aceitaram foram Guanabara, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1973 e 1974 foram realizados convênios com as secretarias de educação de Bahia, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Maranhão e com a Secretaria Territorial do Amapá, através dos quais o Mobral pagava os professores, treinava-os na metodologia a ser utilizada e oferecia o material didático.

A polêmica gerada do Ministério da Educação e Cultura em torno do problema levantado pelo projeto conduziu ao seu veto pelo ministro em setembro de 1975. Em seguida instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assunto e, embora se soubesse que esta deveria concluir seus trabalhos sem atingir muito profundamente o movimento — já que sua criação, proposta pelo partido do governo, servia na verdade para impedir a criação de uma CPI para investigar as violações dos direitos humanos no país, proposta pela oposição, pois ela esgotava o número de CPIs possíveis em funcionamento simultâneo no Congresso — ela permitiu que a tecnocracia educacional trouxesse à público suas objeções ao programa bem como possibilitou o deslocamento da discussão do programa do âmbito do Ministério da Educação para o âmbito do Congresso Nacional e da sociedade civil em geral. A pretensão do Mobral de atuar junto a crianças foi violentamente criticada por muitos daqueles que, de alguma maneira, foram responsáveis pela criação e/ou pelo funcionamento. O ex-ministro Passarinho considerou "absurdo" o Mobral desviar-se de suas funções (alfabetizar adultos) para suprir deficiências dos Estados ou Municípios, chegando a afirmar que o programa "conspirava" contra o esforço de universalização do ensino de primeiro grau. Estas opiniões foram compartilhadas por Teresinha Saraiva, segundo a qual o Mobral deveria transferir seus recursos excedentes para os órgãos competentes e subordinar-se ao Departamento de Ensino Supletivo do MEC.

(73) Ibidem, 18.11.1975 (depoimento de Arlindo Lopes Correia) e 27.11.1975, p. 390 (depoimento de Frederico Lamachia Filho).

Flexa Ribeiro, para o qual o Mobral nada mais era que "um jato de spray perfumado", um programa de "baixíssima rentabilidade", "um mau investimento" manifestou-se escandalizado com o contraste entre a disponibilidade de recursos do Mobral e a pobreza da escola primária brasileira(74).

A tais ataques o Mobral respondeu com argumentos específicos, relativos ao sentido do programa Infanto-Juvenil, e com a apresentação de uma concepção mais abrangente de suas funções. Por um lado, havia que atuar junto as crianças porque as metas do movimento (erradicação do analfabetismo) estariam comprometidas em conseqüência da inoperância do sistema formal de ensino. A única forma de "ir às raízes", evitando que a cada ano entrasse nas estatísticas um novo contingente de analfabetos de 15 anos, era resolver a questão do déficit de escolarização da população de 7 a 14 anos. O Mobral assumiu como sua esta tarefa: – ele seria um sistema paralelo capaz de facilitar ao sistema formal de ensino a solução de seu secular problema do déficit de escolarização(75). Além do mais, o Mobral pretendeu que ele pudesse realizar esta tarefa melhor que o MEC argumentando que o sistema regular "não tem experiência com carenciados sociais", portadores de uma "vivência cultural diferente". Argumentam seus ideólogos que, na verdade, o "carenciado" é um adulto: "estamos à frente de uma criança mas, ao mesmo tempo, estamos à frente de um adulto: criança sob o ponto de vista biológico, às vezes psicologicamente, às vezes não, mas com vivências de adulto"(76). Se na verdade as crianças brasileiras "carenciadas" eram adultos o Mobral não ultrapassava os limites de suas funções ao alfabetizá-las e escolarizá-las. Ao contrário: ele podia fazer isso melhor porque lidava direta e ex-

(74) "Reputo esse programa de baixíssima rentabilidade; considero que a consciência nacional ganhará em tomar conhecimento de que não se está fazendo no Mobral um bom investimento... O lençol das verbas de educação é curto; se queremos cobrir a cabeça os pés ficam de fora, é sabido. Precisamos, pois, aplicá-las qualitativamente muito bem. Nesse sentido o agigantamento do Mobral começa a representar um certo prejuízo porque o montante global das verbas passa a pesar. Ele deve conservar o caráter restrito de experimento. Deve manter o seu sentido de transitoriedade, de experiência... Não considero conveniente... que se crie no país um movimento de opinião pública para dar perpetuidade ao Mobral. Acho que ao longo dos anos a baixa rentabilidade desse sistema paralelo começaria a pesar no conjunto dos esforços que o país faz para destinar recursos à educação". Ibidem, 16.03.1976 (depoimento de Flexa Ribeiro).

(75) Ibidem, 18.11.1976 (depoimento de Arlindo Lopes Correia).

(76) Ibidem, 27.11.1975 (depoimento de Frederico Lamachia Filho).

clusivamente com uma população adulta "carenciada". Mas a pretensão do Mobral ia muito além do atendimento de crianças. A pretensão de Arlindo Lopes Correia era levar o Mobral "da alfabetização à universidade", o que era compatível com a idéia de montar no país "um sistema abrangente de educação permanente" capaz de resolver os problemas da educação brasileira(77). Esta idéia e correspondente pretensão explica não apenas o Programa Infanto-Juvenil mas toda a diversificação da atuação do Mobral inclusive os planos de educação integrada-segunda fase (correspondente aos 4 últimos anos do primeiro grau), os projetos culturais e de ação comunitária. E se ela se apoia sobre uma distorção do conceito de "educação permanente" e dos resultados dos trabalhos da Comissão Edgard Faure da Unesco, na verdade ela servia a objetivos conectados com a política de segurança nacional. Um grande sistema de educação permanente a serviço da segurança interna do regime e do sistema de dominação era a grande tarefa do Mobral, Só deste modo é possível entender que um movimento tão combatido pela tecnocracia e por profissionais da educação tenha podido contar com a presença do presidente da República em seu lançamento, tenha podido dispor de tão vultosos recursos e dispender parte dele em propaganda(78) e, finalmente, tenha podido acionar um mecanismo de independização em relação ao Ministério da Educação e Cultura, recusando-se não apenas a se subordinar a decisões ligadas à política global do ministério mas também a submeter suas

(77) Ibidem, 18.11.1975 (depoimento de Arlindo Lopes Correia).

(78) Escandalizado com o volume de recursos empregados pelo Mobral em propaganda como, aliás, ocorreu com todos os "programas de impacto" do período Médici dizia o Prof. Flexa Ribeiro: "... não conheço momento em que no país serviços obrigatórios como os de educação estejam fazendo propaganda. 'Consuma bastante água. Tome três banhos por dia. Lave bastante as mãos'. Se são serviços públicos obrigatórios, como é que se pode fazer propaganda deles? 'Use bastante a rede de esgotos da cidade'! Seria outro exemplo de propaganda inexplicável". E no mesmo depoimento: "Na hora de se falar de alfabetização de adultos nos comparam com países com os quais não nos parecemos. E, não obstante, dir-se-ía que o país demonstra maior interesse ostensivo e até propagandístico, em alfabetizar adultos do que em escolarizar crianças. Não tivemos ainda... a alegria de ver nas telas dos cinemas, em televisões, nos rádios e jornais, figuras de reconhecida popularidade convocando a todos para levar uma criança à escola. Mas verifico com perplexidade que no Mobral há recursos para este tipo de publicidade quando se trata de alfabetizar adultos. Modo inédito e paradoxal de aplicar recursos para o ensino. Fica-se com a impressão de que com seus cartazes bonitos e magnífico trabalho gráfico que apresenta, em contraste com a nossa pobre escola primária o Mobral é um *nouveau-riche* da educação, num país que não tem recursos para ela". Ibidem, 16.03.1976 (depoimento de Flexa Ribeiro).

decisões ao julgamento do Ministro em exercício. A questão do chamado "Mobral Infanto-Juvenil", sua discussão e a proibição de levar o programa adiante, constitui uma exceção na história do Mobral e não a regra.

Outras estratégias de sobrevivência acionadas pelo Mobral deixam, porém, ver mais claro o seu íntimo vínculo à política de segurança nacional.

2. *PRODAC E MOBRAL/ACISO*

Não por acaso preocupou-se o Mobral em apresentar uma metodologia de "ação comunitária" exatamente no mesmo período em que cresceram as dificuldades de recrutamento de adultos e se multiplicaram os alunos menores de 15 anos em suas classes. Passada a fase inicial de entusiasmo, os primeiros anos, desembocou o Mobral – como sói acontecer às campanhas de alfabetização em massa – na ação comunitária. Afinal, se o recrutamento já não era tão fácil – seja porque a demanda real foi atendida, seja porque a ineficiência de alfabetização oferecida ficou mais patente para a população potencialmente recrutável – era preciso reforçar de maneira convincente a chamada "mobilização" da comunidade para tentar atingir os níveis anteriores de recrutamento. Assim, um dos objetivos explícitos centrais do programa de ação comunitária foi o de "viabilizar e sistematizar" os demais programas do Mobral, "compatibilizando-os com os objetivos e aspirações das comunidades"(79). Se até então bastava chegar nas áreas periféricas ou nas vilas do interior sem consultar a população, tornara-se necessário com o passar dos anos "centrar o processo educativo na solução dos probelmas da comunidade"(80) como forma de manter o programa de pé.

Mas, se um dos móveis do programa de ação comunitária (PRODAC) foram os problemas ligados ao recrutamento de analfabetos, ele possuia também outras dimensões. A possibilidade de realizar através dele uma ação ideológica capaz de transcender aquela permitida pela campanha alfabetizadora – seja pela amplitude de atuação seja pela inexistência de limitações no tempo (porque não teria metas atingíveis em prazo determinado, como no caso da campanha de alfabetização, que se extinguiria uma vez erradicado o analfabetismo) – fez com que tal programa surgisse como a fórmula capaz de justificar a sobrevivência do Mobral além de 1980. Através dele buscou-se estabelecer uma aliança que servisse de suporte a este objetivo: assim nasce a programação Mobral/Ação Cívico Social (ACISO), associando-se deste modo o Mobral de maneira explícita à ação ideológica das forças armadas. Paralelamente buscou o Mobral descaracterizar-se como campanha alfabetizadora, considerando-se como um programa de ação comunitária dentro do qual se incluía a alfabetização: programas de alfabetização, de educação integrada e de auto-didatismo seriam apenas algumas das ofertas do Mobral às comunidades, sem caráter obrigatório, cabendo à população indicar que tipo de programação melhor se adequava a seus interesses e necessidades(81).

Ao propor um programa de desenvolvimento comunitário o Mobral parte da aceitação de idéias não consideradas quando do lançamento da campanha alfabetizadora. Por um lado, reconhece que cada setor da população, cada região, cada vila ou bairro tem demandas educacionais próprias e que entre tais demandas freqüentemente não está incluída uma programação alfabetizadora: a população deve, portanto, indicar quais são as suas necessidades e participar do equacionamento das soluções. Para atendê-las o Mobral deverá diversificar sua atuação, legitimando assim a sua sobrevivência à "fase alfabetizadora". Por outro lado, reconhece que a população, independente dos programas de governo, participa da vida da comunidade: caberia ao Mobral dinamizar e organizar essa participação. O que antes era espontâneo deveria tornar-se organizado e orientado por um organismo governamental: o Mobral deveria preparar o "homem do povo" para "assumir a responsabilidade de participar de uma forma conjunta e equilibrada das mudanças que levam ao desenvolvimento de si mesmo e da comunidade". Trata-se, pois, de transformar aquilo que era natural e autônomo em algo programado e enquadrado de maneira "equilibrada". Mais que isso: tratava-se de criar núcleos que servissem como "elo dinamizador entre um programa de governo e as populações locais"(82), de maneira a obter a "adesão e participação consciente das pessoas e grupos em programas de desenvolvimento"(83). Deste modo apresenta-se o Mobral como um programa que serve à "integração" da população aos programas de governo, tratando de, a nível

(79) Mobral. *Apresentação do Programa Diversificado de Ação Comunitária Prodac.* cópia do original. p. 3.
(80) Mobral. *Apresentação do Programa Diversificado de Ação Comunitária Prodac.* cópia do original. p. 3.
(81) Mobral/Gerência Pedagógica (GEPED). *Proposta de Operacionalização.* p.1 (cópia do original).
(82) Mobral, Apresentação do PRODAC - op. cit., p. 2.
(83) Ibidem, p. 3.

nacional, "unir população, governo e entidades" numa ação conjunta" visando a melhoria das condições de vida do povo". Como fazê-lo?

No material oficial do Mobral o PRODAC aparece como "o nosso mais ousado e importante desenvolvimento metodológico, determinando dos rumos futuros que a organização adotará"(84). Na verdade, porém, a metodologia do PRODAC – compatível com a ideologia subjacente ao movimento – não era em nada diferente da clássica metodologia norte-americana de organização e desenvolvimento de comunidades que se difundiu no país desde os anos 40 e que encontrou o seu grande defensor no sociólogo conservador José Arthur Rios. Esta "metodologia" comportaria 3 etapas. A primeira delas era a da "mobilização" que se iniciaria com a divulgação do programa através do rádio, dos jornais, de reuniões com a população e com entidades, de contactos pessoais, cartazes, folhetos, palestras em escolas, igrejas e outras instituições. A equipe do Mobral, ao chegar nos municípios, deveria contactar imediatamente a Comissão Municipal e obter impreterivelmente a adesão do governo local. A partir de então seriam convidados membros da comunidade de "diferentes camadas econômicas, sociais e culturais" para participar de uma pesquisa sobre o município. Dela se veria resultar um pré-diagnóstico que seria apresentado à "comunidade", ou seja, a pessoas representativas do governo local, da população e de entidades convocados todos para uma reunião pela equipe do Mobral. Em tal reunião seria discutido o pré-diagnóstico e, chegando-se a um consenso, iniciar-se-ia a segunda etapa do trabalho: a da "organização dos grupos".

Identificados na etapa anterior os líderes locais, pessoas que possuissem melhor conhecimento da realidade local e representantes das entidades, seriam estas pessoas convidadas a integrar grupos comunitários de dois tipos: um grupo voluntário ativador das ações a serem desenvolvidas (encarregado da coordenação, planejamento, execução e expansão do programa) e um grupo voluntário integrado por pessoas interessadas na execução de atividades. Nas reuniões nas quais se estruturam os grupos deveria se elaborar também um "plano de ação integrada" para o município baseado no diagnóstico e os grupos seriam a base para a sua implementação, que constitui a terceira etapa de tal metodologia(85).

(84) Correia, Arlindo Lopes. *Educação de massa...* op. cit., p. 44.

(85) Veja-se Mobral. *Síntese do Programa Diversificado de Ação Comunitária* (cópia do original). Era prevista uma avaliação permanente do programa através de um "sub programa" de pesquisa e que serviria ao aperfeiçoamento do Plano de Ação Integrada e à "permanente conscientização da comunidade quanto à sua situação e responsabilidade frente a esta situação e pela coleta sistemática de informações necessárias do desenvolvimento das ações em todo o município". (p. 15).

O caráter verticalista da "metodologia" do PRODAC é evidente: a "comunidade" deve participar mas os passos são definidos previamente pelo Mobral. Os contactos começam pelas autoridades locais e representantes das "forças vivas da comunidade" (ou seja, as classes dominantes), os planos de ação devem subordinar-se às prioridades governamentais. O espaço que fica à participação do "homem do povo" localiza-se nos detalhes e na execução voluntária (não remunerada) dos planos. O propósito dos que a formularam é o mesmo que esteve por detrás não apenas da atuação da Campanha Nacional de Educação Rural nos anos 50 mas também dos inúmeros programas de desenvolvimento comunitário das 4 últimas décadas. Seu propósito é forjar a "comunidade integrada" em contraposição às comunidades "imaturas" ou "desintegradas", através de uma educação comunitária que promova o controle e a paz social, combatendo "ideologias indesejáveis". A "comunidade" é vista como uma entidade acima das classes sociais que se unificam em torno de objetivos comuns que as transcendem e se aliam entre si e ao governo para resolver os problemas da coletividade(86). Deste modo apresenta-se o Mobral como um "programa integrador": busca sedimentar as relações sociais existentes ao promover o trabalho conjunto das diferentes classes sociais ao mesmo tempo em que promove a integração da população no projeto político, social e econômico dos governos pós-64. Em que medida eram tais objetivos e tal metodologia convergentes com os da Ação Cívico Social das Forças Armadas?

Os defensores da Doutrina de Segurança Nacional sempre tiveram presente a importância de uma "ação educativa", especialmente no que concerne à população adulta, como forma de promover a "integração nacional". Esta foi definida pelo Coronel Otávio Costa da seguinte maneira:

"A integração nacional é uma aspiração coletiva, se opondo à desagregação, ao esfacelamento e à degeneração. É o estado de higidez da nação que enfrenta e supera a luta de classes, a discriminação racial, a intransigência religiosa, os enquistamentos estrangeiros, as desi-

(86) Veja-se Rios, José Arthur. *Educação de grupos.* Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957. Encontramos em Amann Safira. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.* op. cit., o resumo e a crítica das posições de J. Arthur Rios.

gualdades, os contrastes entre o campo e a cidade, a incompreensão entre patrões e assalariados, o antagonismo das gerações, a demagogia e a mistificação, a pregação do ódio e da violência, a mentira e a corrupção, a seara do medo e da suspeita, a indisciplina, a desordem, a anarquia, o caos, o analfabetismo, a miséria, a fome, a dor e a desesperança"(87). Esta visão integralista da sociedade desemboca na idéia de que as forças armadas e particularmente o Exército seriam responsáveis pela consecução do objetivo da "integração nacional", ou seja, responsáveis pela superação de todos os problemas por ele citados, reponsáveis — pois — pelo próprio país. Nada mais natural, dentro deste quadro, do que considerar que o campo social e não o militar aquele no qual os Exércitos melhor poderiam atingir a plenitude da sua contribuição à sociedade. Nada mais natural também que considerar o campo da educação como aquele no qual a participação do Exército para a integração nacional poderia ser mais efetiva, especialmente quando se tratasse da educação de parcelas da população que não freqüentam escolas. O Exército não era apenas o tutor do país mas o educador do povo. E a esse respeito diz ele: "Faz-me mister dar-lhes os rudimentos essenciais de educação política e de educação social. Trata-se de ensinar-lhes o que é a democracia, o valor do voto, a importância de votar bem. De ensinar a arte de conviver, de cooperar. A de servir e não a de servir-se. De educar os sentimentos do povo. De aperfeiçoar o seu caráter e de fortalecer o seu moral", formando o cidadão para a democracia na ordem política, na ordem social, na ordem espiritual(88).

Se cabia às forças armadas educar para a ordem, nada mais natural que elas buscassem organizar programas e atividades educacionais, através das quais simultaneamente se legitimasse junto à população o exercício das funções que elas próprias se atribuiram. Por isso a contribuição do Exército para a integração nacional passa através do desenvolvimento de atividades destinadas a "elevar o status cívico-social das comunidades, colaborando na solução dos problemas habitacionais, sanitários, de educação familiar, e de saúde"(89), organizando, portanto, as comunidades de maneira compatível com os planos do governo militar: o programa encarregado de promovê-las despertando ademais o civismo da população seria a Ação Cívico-Social

(87) Ministério da Guerra. *Exército, fator de integração nacional.* Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército, p. 4.
(88) Ibidem, p. 11.
(89) Ministério do Exército. *O Exército e a educação.* Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1968, p. 13.

(ACISO). Seu objetivo imediato seria o de "realizar ação psicológica nas populações das principais áreas da região de manobras, com o objetivo de desenvolver na opinião pública uma exata compreensão do Exército, suas atividades e o papel que representa na segurança nacional e manutenção da ordem interna(90). A "ação psicológica" tinha objetivos específicos tal como definidos em palestra promovida pelo IIIº Exército. Elas seriam: a) fortalecer a crença dos cidadãos brasileiros no Exército nacional como seu representante na manutenção da paz e da segurança interna; b) enfatizar a importância do trabalho realizado pelo Exército nacional em prol do desenvolvimento do país e do bem estar social; c) manter atitude simpática da população civil para com o militar; d) esclarecer o povo sobre as conquistas nacionais nos diferentes campos através da obra de construção dos governos revolucionários; e) divulgar os assuntos relativos às manobras pelos diferentes meios de comunicação de massa (91). Este desmembramento dos objetivos da ação psicológica em 1976 estão de pleno acordo com aquilo que encontramos nas *Diretrizes para 1979* no que concerne ao ACISO. Este deveria ajudar a "projetar uma imagem favorável dos governos federal, estadual e municipal" além de "demonstrar coesão entre as forças armadas e os órgãos federais, estaduais e municipais", através da realização de ações capazes de ir ao encontro das aspirações das comunidades"(92). Em síntese, trata-se de um programa com objetivos claros de fortalecimento da legitimidade da autoridade constituída a diferentes níveis. Suas atividades deveriam ser conduzidas "sob a forma de participação, aproveitando e dinamizando o potencial existente na comunidade, estimulando a que o povo se organize para resolver seus problemas, despertando a iniciativa e quebrando o paternalismo"(93). Sua orientação era claramente verticalista e autoritária. A ação iniciava-se através do contato com as autoridades civis, entidades públicas e privadas, órgãos assistenciais, sendo considerada muito importante a colaboração das prefeituras. As atividades, segundo as Instruções Provisórias da Ação Comunitária do Exército — deveriam ser globalmente planejadas incluindo-se o seu planejamento nos níveis do Exército e do Comando militar da área, "sendo desejável um alto grau de coordenação e contro-

(90) *Manobras do Primeiro Exército,* 1976.
(91) Palestra sobre "As conquistas do homem brasileiro e a importância que a segurança e a paz interna representam para sua segurança". Porto Alegre, 30.10.1976.
(92) *Diretrizes para 1979,* Porto Alegre.
(93) Ministério do Exército. *Instruções Provisórias - Ação Comunitária.* 1ª edição, 1975, p. 2-2.

le". A execução é que seria descentralizada. E para isso era necessário esclarecer os líderes, clubes de serviço e entidades de classe sobre suas "potencialidades e responsabilidades", servindo como elo de ligação entre o Exército e a população (a cooperação das comunidades deveria ser obtida através deles). Entre as recomendações da ACISO encontra-se a de "fazer com que a população execute as tarefas"(94), que era pouco compatível com o objetivo declarado de "quebrar o paternalismo".

O PRODAC do Mobral começou a ser implantado no mesmo ano em que foram baixadas as "Instruções Provisórias" para a Ação Comunitária do Exército. Facilmente foi percebida a proximidade dos objetivos e a possibilidade de integração da forma de atuar. Esta percepção foi facilitada pela incorporação pelo Mobral, como funcionários, de muitos militares aposentados e de muitos elementos provenientes de famílias de militares. Mas, uma colaboração prévia com o Exército é também rememorada pelo Mobral: — aquele cedia suas salas de aula a este desde há muito. Por outro lado, enquanto a ACISO contava com escassos recursos provenientes de doações de empresários, o Mobral podia dispor de quantias substanciosas para a ação comunitária. Comparando, além do mais, os documentos do PRODAC com aqueles da ACISO o comando do 11º Batalhão de Infantaria Blindada concluiu que as finalidades, objetivos e princípios básicos dos dois programas eram inteiramente compatíveis. Mais desenvolvida, a metodologia do Mobral facilitaria a ação, além de assegurar tal associação que a operação ACISO passasse de um evento temporário na comunidade a um passo inicial de um verdadeiro desenvolvimento comunitário(95).

O programa diversificado de Ação Comunitária (PRODAC) foi iniciado em 1975 sob a responsabilidade da gerência pedagógica do Mobral. Naquele ano foram atingidos 79 municípios. A atuação conjunta Mobral/Aciso iniciou-se em São Paulo no ano seguinte em 20 municípios, estendeu-se a 11 municípios do Rio Grande do Sul em 1977 para finalmente chegar à Amazônia em 1978 através da "Operação Amazônica", realizada nas áreas de fronteira. Algumas publicações do Mobral falam de uma atuação conjunta MOBRAL/ACISO nas

(94) Ibidem, p. 4-5. Recomendava-se também que, nos contactos se tratasse diretamente com os dirigentes (Prefeito, Juiz, chefes de repartição pública) e que, no tratamento com as autoridades locais fosse respeitado estritamente o escalonamento hierárquico das ligações funcionais.

(95) Mobral. *Projeto Mobral/Aciso*, p. 1 (cópia do original).

áreas do IIº e IIIº Exércitos em 33 municípios; em outras, porém, aparece a cifra de 47 municípios.

Embora não exista uma avaliação global e escrita acessível da atuação do PRODAC/ACISO os técnicos do Mobral que delas participaram são unânimes em afirmar o seu fracasso. Os relatórios disponíveis mostram que realmente o programa enfrentou grandes dificuldades. O de Cafelândia (São Paulo), por exemplo, comenta a estagnação do programa, indicando como causa a falta de motivação da comunidade para assumir os trabalhos previstos. Na realidade poucas atividades previstas pelo Plano de Ação Integrada — 76 chegaram a ser realizadas e entre as causas da não realização foram destacadas a "falta de motivação da comunidade para assumir os trabalhos previstos" e o "irrealismo do plano de ação"(96). Em Lagoinha (SP) o MOBRAL/ACISO chegou após uma tentativa fracassada de instalação do PRODAC no município. E o relatório de reimplantação do programa através da associação MOBRAL/ACISO deixa ver claro a sua orientação e forma de atuação. Lê-se aí: "Sendo o município de Lagoinha carente em todos os setores, achamos conveniente não realizar a pesquisa participante do PRODAC, pois poderia levantar problemas de difícil solução", como acontecera na Operação ACISO no ano anterior. Ora já tivemos ocasião de chamar a atenção para sua função "integradora", do Mobral, pretendendo reconciliar as diferentes classes sociais e evitando a discussão dos problemas ligados à estrutura da sociedade. Através do relatório de Lagoinha vemos explicitada esta preocupação em evitar a discussão dos problemas sociais e mesmo de evitar a participação dos setores subalternos da população em qualquer atividade que não a da execução dos planos traçados de cima para baixo. Foram feitas reuniões informais naquela cidade com professoras, fazendeiros, vereadores e os técnicos do Mobral precisaram empenhar-se para que os representantes das classes dominantes participassem: "Para que os fazendeiros comparecessem às reuniões tínhamos que percorrer os bairros rurais de carro, fazendo visitas domiciliares"(97). Fazendeiros e moradores formaram um grupo de ação comunitária e seguindo um plano de ação conjunta foram fei-

(96) Mobral. *Relatório* de reimplantação do PRODAC/ACISO em Cafelândia em 1977.

(97) Mobral. *Relatório de campo Mobral/Aciso*, Lagoinha, 1977. Uma lista dos convidados a partir da 1ª reunião da comunidade em Candelária para organizar o Grupo de Ação Comunitária mostra que os métodos eram análogos aos da CNER, os quais não despertavam grande confiança e entusiasmo das classes subalternas. Além do "povo em geral" foram particularmente convidados os representantes do Mobral central e das omissões locais, a assisten-

tas reformas nas escolas, realizando atendimento médico-odontológico em massa durante alguns dias, foram reparadas 3 estradas e promovidos jogos e gincanas além de palestras nas escolas e realizado um curso de pedreiros para 16 pessoas. Tudo no melhor estilo daquilo que em Minas Gerais, nos anos 30, ficou conhecido como o "trem da alegria". Os relatórios dos demais municípios são unânimes em indicar reduzida participação da população. O de Moji Guaçu permite, porém, entender de imediato o quadro dentro do qual a participação mostrava-se escassa. Dis o relator que a mobilização do município foi considerável, realizando-se aí uma reunião com cerca de 500 pessoas. Mas, "no desenrolar dos trabalhos e antes do término da apresentação dos problemas, houve intervenção da coordenadora da Gerência Pedagógica no sentido de mobilizar e motivar os presentes a participarem, em virtude da monotonia existente. Entretanto, suas palavras foram mal interpretadas pelos representantes das entidades e autoridades locais"(98). O autoritarismo visível no episódio inviabilizou o programa, comparecendo apenas 3 pessoas à reunião subseqüente.

O fracasso do MOBRAL/ACISO deve certamente algo às características de sua atuação. Mas elas não são casuais. A experiência passada em todo o mundo mostra que as metodologias de ação comunitária vinculadas a projetos políticos "integradores" de classes sociais com interesses distintos e mesmo antagônicos, dentro dos quais elementos das classes dominantes assumem a liderança e atuam com "espírito filantrópico" (eventualmente visando dividendos políticos imediatos ou reforçando a ação ideológica), não logram suscitar o interesse das classes dominadas porque não atendem a seus reais interesses. Mas mesmo assim é preciso não deixar de assinalar a tensão estabelecida entre o MOBRAL e o ACISO em função de diferenças nas propostas de ação de cada um dos programas(99). O que propunha o MOBRAL era a clássica metodologia de "Desenvolvimento e Organização de Comunidades", capaz de seduzir por algum tempo alguns elementos das classes subalternas e — portanto — capaz de resistir por mais tempo,

te social da secretaria de saúde, o presidente local da LBA, a Sociedade Beneficente do Hospital de Candelária, o diretor do colégio N. Sa. Medianeira, técnicos da secretaria municipal de agricultura, presidente do Clube Rio Branco, Presidente do Rotary Club e do Lions Club, o comandante da polícia militar, o chefe dos escoteiros, etc. Mobral. *Implantação do Prodac em Candelária*, relatório diário.

(98) Mobral. *Relatório Moji-Guaçu*. 1977, p. 4.

(99) O treinamento dos oficiais na metodologia do Mobral em Candelária ficou reduzido a 2 horas porque eles "estavam envolvidos em outras importantes atividades no Batalhão".

mascarando o seu fracasso. A ACISO propunha algo sem subterfúgios. Enquanto o Mobral pretendia que as classes subalternas tivessem a ilusão de que co-determinavam o programa, a ACISO atuava através de formas diretas de ação ideológica (palestras, concursos cívicos, gincanas) e assignando àquelas classes um papel de meros executores de planos sobre os quais seus membros sabiam que não poderiam influir. A determinação do programa era, claramente, prerrogativa de representantes das classes dominantes e das autoridades constituídas. Que aconteceu na prática?

O relatório detalhado do PRODAC/ACISO em Candelária nos permite captar as características da metodologia colocada em prática, observado o seu caráter extremamente verticalista. Resumidos aqui a seqüência das atividades desenvolvidas:

Contacto dos técnicos do MOBRAL com os oficiais da ACISO. Treinamento dos oficiais em 2 horas. Explanação do programa ao prefeito e secretários. Almoço de confraternização. Visita à Secretaria Municipal de Agricultura e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Contacto com a Associação de Escoteiros. Visita ao Delegado Regional de Educação. Reunião na Câmara dos Vereadores com membros da Comissão Municipal do Mobral e elementos representativos das entidades locais (Lyons Club, Rotary Club, LBA, etc). Contactos com a imprensa, escolas e igrejas. Instalação do programa no recinto da Câmara de Vereadores. Contacto com freiras que trabalham na periferia das cidade. Contactos com colégios privados e entrevistas com pedestres. Treinamento de alunos do secundário para que entrevistassem pessoas da comunidade. Divulgação do programa pelo rádio. Contacto com o Banco do Brasil. Nova reunião, na qual se elevam os participantes do Rotary e do Lyons Club. Recebimento das "pesquisas" (entrevistas). Contacto com a Ascar e com a Igreja Luterana. Entrevistas com secundaristas. Treinamento de escoteiros para a realização de entrevistas. Mapeamento da área. Treinamento do grupo: explanação sobre a etapa de diagnóstico da comunidade. Jantar no Rotary Club. Tabulação dos dados. Jantar festivo no Lyons Club. Elaboração de cartazes. Reunião com cerca de 150 pessoas na qual a "mesa" foi composta por um elemento da Comissão Municipal do Mobral, do presidente do Lyons e do diretor do jornal, já que o próprio prefeito sugeriu que o clima fosse menos formal e que as autoridades não fizessem parte da mesa. Apresentação dos resultados do diagnóstico. Formação de mini-grupos, ficando "totalmente a cargo da comunidade a coordenação dos trabalhos da reunião" (referindo-se ao elemento da Comissão Municipal e ao presidente do Lyons).

Apresentação dos resultados em plenário, com "participação intensa da platéia". Exemplo desta participação: o diretor do jornal reclamou a falta de cursos profissionalizantes mas foi aparteado pela representante da LBA que afirmou serem oferecidos tais cursos pela organização que representava e pelo representante da Associação Comercial que lembrou a existência dos cursos oferecidos pelo SENAC. Nova reunião, na qual foram formados os grupos. A coordenação eleita foi composta do presidente do Rotary Club e do presidente do Lyons Club. Graças ao bom nível dos participantes o Plano de Ação pôde ficar pronto no mesmo dia. Entrega do plano ao oficial coordenador do ACISO e revisão das atividades previstas. Os grupos formados eram compostos pelo major, pelo elemento da Comissão Municipal, do Mobral Central, do Círculo de Pais e Mestres. Na última reunião com a "comunidade"/foram apresentados os resultados alcançados pelo MOBRAL/ACISO, o Plano de Ação a ser desenvolvido pela comunidade e foi realizada a passagem da coordenação do Prodac para o grupo de ação comunitária. Os grupos formados tem como coordenador o representante do Banco do Brasil e o presidente do Lyons Club; como coordenador adjunto foi escolhido o presidente do Rotary. Os integrantes dos grupos eram a presidente da organização das senhoras católicas, a representante da LBA, a assistente social da Secretaria de Saúde, o promotor, os secretários municipais, etc. A última reunião teve caráter festivo sendo seguida de jantar numa churrascaria. As atividades detalhadas dia a dia duraram 23 dias (100).

Na prática, portanto, dominou a orientação do ACISO, o que contribuiu para deixar mais rapidamente a nu o fracasso de tal programama. Na verdade a associação foi desejada pelo Mobral como estratégia de sobrevivência, sem que lograsse suscitar o entusiasmo dos oficiais envolvidos nas Operações Aciso, como se observa no relatório de Lagoinha:

"Verificamos, porém, que o apoio dado pelo Mobral aos Exército foi muito maior do que o interesse do pessoal da ACISO em relação às atividades desenvolvidas pelo MOBRAL no município. Havia, realmente, por parte de alguns oficiais, total desconhecimento do motivo da presença do Mobral na área"(101).

Se a associação do ACISO fracassou no plano da ação concreta, não oferecendo o argumento do êxito para a sobrevivência do programa,

(100) Mobral. *Relatório* de implantação do PRODAC/ACISO em Candelária, 1977
(101) Mobral. *Relatório* de campo Mobral/Aciso de Lagoinha, 1977, p. 8.

ela se tornou também cada vez menos sedutora politicamente para o Mobral à medida em que a abertura política obrigava a justificar a vinculação direta programa educativo/forças armadas. Isto ocorria exatamente quando se aproximava o limite temporal colocado pelo próprio Mobral para atingir suas metas relativas à alfabetização. E a abertura política permitiu à tecnocracia educacional e à opinião pública em geral protestar contra a existência do programa, colocando em questão os dados divulgados pelo movimento com base naqueles tornados públicos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que os contradiziam. Retomou-se, então, a discussão e o questionamento do investimento realizado na campanha alfabetizadora.

Mais uma vez o Mobral buscou montar uma estratégia de sobrevivência alternativa, procurando apresentar-se ao governo militar como um instrumento eficiente de ação ideológica. Realizando um programa de "educação comunitária" – em seguida transformado em "ação comunitária" – ele poderia atuar como antídoto oficial contra a mobilização da sociedade civil especialmente através das comunidades eclesiais de base, ao mesmo tempo em que possibilitava obtenção de informações sobre a atuação de grupos ou pessoas nas pequenas cidades ou na periferia das grandes cidades. Vejamos em seguida esta nova estratégia do Mobral.

3. *O MOBRAL AÇÃO COMUNITÁRIA*

Indicamos nos itens anteriores as características da ação comunitária proposta pelo Mobral bem como as pretensões do movimento em constituir-se – em certa medida através dela – num "sistema de educação permanente". Ao aproximar-se o final dos anos 70 uma decisão a respeito dos destinos da instituição precisava ser tomada, não somente em virtude do próprio movimento propalar a proximidade da erradicação do analfabetismo em conseqüência da sua atuação mas também em função das transformações ocorridas na vida política. A associação direta do Mobral com as forças armadas através do Mobral/Aciso fracassara, enfraquecendo assim as possibilidades do programa receber um maciço apoio militar. No entanto, as dificuldades não teriam sido pequenas caso aquela atuação conjunta tivesse se mostrado factível de forma permanente. Sem ela podia o Mobral mascarar seus objetivos de "ação ideológica"; atuando em conjunto com o ACISO, que explicitamente visava a "ação psicológica" sobre a população e o fortalecimento da autoridade constituída a todos os níveis, tornava-se esta sua meta principal explícita – minando a legitimidade do programa enquanto "programa educativo" vinculado ao MEC. A liberali-

zação do regime viria a criar complicações adicionais, porque permitia que a polêmica em torno do movimento ultrapassasse os portões ministeriais, penetrando na imprensa e atingindo a opinião pública. E isto efetivamente ocorreu, apesar do fracasso do Mobral/Aciso.

O clima político do final da década e a escolha de um ministro civil para a pasta da educação recolocaram de imediato o problema Mobral porque permitiram expressão clara da opinião dos profissionais e tecnocratas da educação (tanto do próprio MEC quando do IPEA) a respeito do programa. E como o regime se transformava sob a égide da abertura política era possível também perguntar-se se a função do movimento na segurança do regime precisaria ser preenchida: estávamos diante também de um enfraquecimento da subordinação de reformas e programas educativos às exigências da segurança interna. Além do mais, muitas dúvidas foram levantadas a respeito da eficácia de tal programa como gerador de legitimidade para o regime devido ao seu desgaste junto à população e também como instrumento de segurança. Neste contexto entende-se a proposta do Ministro da educação de encerrar as atividades do movimento, em nome do consenso existente entre os profissionais da educação a respeito da baixíssima rentabilidade do programa e dos ideais liberais ainda existentes nos meios educacionais de uma educação livre de compromissos ideológicos demasiadamente explícitos. O Ministro civil não teve, porém, força para transformar sua proposta em lei. E a direção do Mobral iniciou toda uma ofensiva em busca de estratégias de sobrevivência que passaram pela tentativa de enquadramento nas diretrizes do novo governo e do MEC para desembocar, uma vez evidenciada a sua ineficácia, na política de insubordinação ao Ministro e na tentativa de independização do Ministério da Educação e Cultura. Tentemos reconstituir em grandes linhas este processo.

Ao longo do ano de 1979 o Mobral buscou elaborar internamente propostas de ação compatíveis com os programas e as formas de atuação do novo governo. O Movimento tinha que lutar simultaneamente contra a tecnocracia que anunciava o seu fracasso mas também contra a lógica da ficção criada por ele mesmo, ou seja, contra a idéia de que por ter alfabetizado quase toda a população analfabeta ele perdia a razão de existir. Era preciso, sem negar o discurso do êxito, não abrir mão da tarefa alfabetizadora mas incorporar — tal como fazia o Ministério da Educação na época — elementos do discurso alternativo em relação à educação popular e encontrar um campo de ação alternativo à alfabetização em nome do qual o movimento pudesse justificar tanto técnica quanto politicamente sua sobrevivência. No 1º se-

mestre de 1979 foi divulgada uma proposta de atuação na "Linha da Ação Comunitária" que, embora reforçando a metodologia já anteriormente adotada pela GEPAC (a do Desenvolvimento e Organização de Comunidades, segundo o modelo clássico norte-americano), incorpora um linguajar arcaico dos meios cristãos: o desenvolvimento era objetivo do MOBRAL e ele nada mais seria senão "a evolução ordenada e harmônica das passagens de uma fase menos humana para uma fase mais humana"(102). Em suma, humanitarismo cristão a serviço da defesa da ordem. Tal proposta de Ação Comunitária apoiava-se sobre a ampliação de um preconceito que atravessou este século mas que há várias décadas já se desmoralizara em meios técnicos mais sérios: a visão do analfabeto como incapaz era, no documento, extendido a toda a população por ele denominada como "carente", ou seja, as classes dominadas da sociedade. Assim a Ação Comunitária então proposta pretendia a atuação sobre as lideranças locais (aliás pretendia a atração dos "líderes naturais" para o Mobral, ou seja, a cooptação da liderança local pelo sistema) visando esclarecê-las "a respeito dos grandes objetivos nacionais do desenvolvimento e o papel do Mobral no caso e (deve) capacitar tais líderes a reconhecerem as reivindicações realmente úteis à comunidade a curto, médio e longo prazos e não aquilo que a maioria mal informada ou levada pela lei da inércia (acomodatícia) ou condicionada pelo bombardeio dos veículos de comunicação de massa julga ou pensa ou imagina, no momento, de maior e mais imediato relevo"(103). Esta visão da população pobre como incapaz de reconhecer suas reais necessidades e interesses fica ainda mais clara na seguinte passagem:

"A interferência do MOBRAL deve ser restrita mas sem omissão. Restrita no que tange a deixar que floresçam mil idéias e sejam elas resolvidas a nível local pelos membros da comunidade, com o Mobral apenas moderando os entusiasmos irrealistas e corrigindo as distorções de visão oriundas da ignorância, do desconhecimento da realidade do mundo"(104). Tal visão preconceituosa é compatível com o autoritarismo que permeia a proposta: seriam oferecidos projetos/atividades às comunidades mas o programa não seria "imposto inteiramente" (dando por suposto de que até então eles eram *inteiramente impostos*) mas "a partir de um critério seletivo de necessidades reais, não somente sentidas pelas comunidades — cujo grau de

(102) Mobral. *Proposta de atuação da Gepro na linha de ação comunitária,* (doc. mim.), p. 6.
(103) Ibidem, p. 1.
(104) Ibidem, p. 2.

consciência social e coletiva é muito fluido... — mas detectadas também pelos planejadores"(105).

Em que pese o visível autoritarismo presente em tal proposta, o fato é que se abria um espaço no Mobral para discussão dos problemas da Ação Comunitária e de revisão do absoluto verticalismo que dominara o programa desde a sua criação. Fruto deste clima foi a criação de uma Diretoria — que não chegou a ser oficializada — que deveria funcionar como responsável pelos programas de Educação e Ação Comunitária (DEAC) e a contratação de consultores com experiência em programas não-governamentais e que sempre contestaram a linha adotada pelo Mobral. Deste movimento interno surgiram dois documentos contrastantes com a orientação do Mobral e que permitem perceber porque a DEAC não foi oficializada. O texto difundido pela DEAC que pretendia estabelecer as "linhas mestras de sua atuação futura" propõe, de saída, um objetivo inalcançável no quadro mobralense: a democratização interna do movimento como condição para programar uma "prática educativa e comunitária"(106). No texto os técnicos que o elaboraram admitem que os programas pedagógicos do Mobral nem sempre respondiam às necessidades das camadas mais carenciadas da população brasileira: que mesmo com a diversificação dos programas, sua concepção e operacionalização eram verticalistas; que na tentativa de organizar a ação comunitária os princípios norteados foram aqueles expressos pelo presidente do Mobral numa publicação cujo conteúdo já está expresso no título, cujo caráter "integralista" é evidente: "Educação Onisciente, Onipresente, Onipotente" (1979). Finalmente, propõe uma educação comunitária alternativa que se realizaria através da ação comunitária colocando-se o movimento como organismo prestador de serviços atuante numa linha participativa e não assistencialista/paternalista, dispondo-se a ouvir as populações, evitando uma "postura invasora", verticalista, autoritária junto às comunidades bem como uma "postura sonegadora", purista, para abrir "espaços de negociação e discussão do nível de adequação de modelos desenvolvidos na prática de uma organização governamental com a especificidade das populações/comunidades onde atua, reconhecendo as potencialidades destas. Desta forma, todos os programas bem como a forma de implantação e realização seriam resultado de um processo de negociação e de elaboração de uma proposta

(105) Ibidem, p. 4.
(106) Mobral. *Referências básicas da DEAC para uma proposta de Educação e Ação Comunitária*, (doc. mim.), p. 1 e p. 8.

conjunta entre o Mobral e a população junto à qual atua(107). Para tanto, seria — evidentemente — necessária uma revisão completa de todo o movimento e sua orientação, o que esteve na base da não oficialização da Diretoria que elaborou o documento.

Da mesma época é o "Módulo de diagnóstico social"(108) elaborado com assessoria externa e que distoa da linha que orientou a atuação do Mobral desde a sua criação. Afirma-se aí que o "diagnóstico social objetiva, fundamentalmente, desenvolver junto à clientela o aprendizado da participação social e também da consciência crítica e reflexiva", de contribuir para que a população atue sobre a realidade, tome decisões para a solução de seus problemas. O conhecimento da realidade é apresentado, ele mesmo como instrumento de transformação, resultando de um processo de troca de informações e vivências entre a população e o agente do movimento. O diagnóstico social teria como ponto de partida o conhecimento da economia local, a forma como os indivíduos se organizam para trabalhar e produzir, o acesso da população aos bens produzidos e aos serviços em geral, as formas de organização da população, os interesses existentes na realidade social e que são não apenas diferentes mas contraditórios. Em síntese, tratava-se da penetração, no Mobral, não apenas do discurso e da proposta alternativa em matéria de educação popular, mas da idéia de que a realidade social é conflitiva e de que a população é que soluciona seus problemas. Evidentemente tal orientação não era absorvível pelo movimento, mesmo que este buscasse incorporar elementos do discurso alternativo para adaptar-se às necessidades da nova conjuntura política.

Este espaço de discussão permitido internamente visava encontrar fórmulas que permitissem a adaptação do discurso mobralino à nova conjuntura política e a sua proposição como instrumento capaz de atender a necessidades indicadas por diferentes organismos e setores. Na realidade, desde o início do governo Figueiredo a questão da Ação Comunitária e da educação das populações carentes entrara na ordem do dia. A menção feita pelo Presidente da República ao Mobral e à LBA na reunião ministerial de 19 de março de 1979 como organismos que poderiam servir ao objetivo de identificar e atender os anseios da sociedade brasileira com poucos recursos através de esquemas comunitários, servindo assim à abertura política e à participação nela implicada serviu como instrumento de legitimação para a tenta-

(107) Ibidem, p. 9 e 10.
(108) Mobral. *Módulo de Diagnóstico Social* - texto para discussão (doc. mim).

tiva de conversão do Mobral num movimento prioritariamente de ação e educação comunitária (sem prazo previsível de extinção) e secundariamente de alfabetização de adultos. Iniciado o ano de 1980 – supostamente o ano da extinção do movimento em conseqüência do cumprimento de sua missão – o Presidente do Mobral lançou junto ao MEC uma ofensiva que visou a sobrevivência do movimento na área da Educação e Ação Comunitárias, apelando tanto para o "incentivo" das palavras do Presidente da República quanto para a importância dada pelo então ministro Eduardo Portela a "esquemas de planejamento participativo e envolvimento comunitário". Assim, enviou o Presidente do Mobral ao Ministro da Educação, pelo ofício nr. 112/80 de 31 de janeiro, uma proposta de modificação do Mobral que tornaria o Programa de Alfabetização Funcional um programa secundário ("conduzido em ritmo de manutenção") e daria ênfase à "concretização de sua indesmentível vocação comunitária". Diz a proposta:

"O Sistema Mobral – presente em todos os municípios brasileiros e possuidor de apreciável poder mobilizador, além de detentor de significativa experiência na área da Educação Comunitária, tem condições de evoluir para tornar-se Órgão auxiliar da política do Governo, na execução de quaisquer programas que necessitem apoio comunitário. Nossa atuação seria no sentido de educar as comunidades, sem diretivismo e intervencionismo, para que participassem do esforço de autodesenvolvimento, engajando-se – também – conscientemente, nos programas governamentais". Acompanha o ofício uma minuta de decreto do presidente da República sugerindo para que o movimento fosse reestruturado no dia 8 de setembro (quando o Mobral faria 10 anos) e que alterava seus estatutos. O movimento deveria passar a ter como finalidade não mais apenas executar o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos mas "promover e estimular em todo o país a Ação Comunitária, vistas como partes integrantes de um Sistema Nacional de Educação de Adultos, concebido no quadro da Educação Permanente" 2. possibilitar, através da AC um canal de comunicação entre os diversos níveis de ação governamental (federal, estadual e municipal), visando a permitir que os programas de governo reforcem sua coordenação e respondam às aspirações e objetivos das populações-alvo; 3. promover a integração dos Órgãos de todas as áreas administrativas, sempre que seus programas necessitem da Ação Comunitária como instrumento de aplicação". Era ainda anexado um ante-projeto de lei que alterava o nome do MOBRAL para Movimento Brasileiro de Educação Comunitária, mantendo-se a sigla, tornando-se assim um organismo permanente, encarregado de uma obscura "educação permanente", uma espécie de LBA da cultura.

Circulou ainda no Mobral uma exposição de motivos que deveria ter sido encaminhada ao Ministro da Educação e que era bastante mais ampla que a proposta anteriormente citada. Nela argumentava o presidente do Mobral que a Fundação desde seu início promoveu por várias formas a participação comunitária e que ela constituiu um "elemento decisivo para o êxito do Mobral". Reconhecia que a maior ênfase fora dada ao Programa de Alfabetização Funcional e ao Programa de Educação-Integração e admitia que a concepção de ação foi "bastante verticalista" (assumindo a auto-crítica formulada no documento do DEAC). Apesar disso – dizia – o Mobral estimulava as comunidades assistematicamente e passara a fazê-lo de modo mais estável com a criação do PRODAC em 1975, o qual estaria sendo implantado em todo o país. Alegava então vários motivos pelos quais deveria ser o Mobral o organismo que o Ministério do Interior em documento de dezembro de 1979 afirmava ser necessário para estabelecer a nível nacional "uma política das ações comunitárias no país"(109). Entre tais motivos contavam os seguintes: o Mobral possuiría uma "infra-estrutura humana com vasta experiência em Ação Comunitária", está presente em todos os municípios brasileiros e dispõe de capacidade de adaptação a novas tarefas. O governo, por sua parte, estaria preocupado com a implementação de inúmeros programas novos na área social defrontando-os com dificuldades em face da frágil sustentação popular, da tênue integração sistemática entre as diversas agências locais de desenvolvimento e da dificuldade de atingir maciçamente todo o país. O governo precisava contar, para superar tais dificuldades, com um "instrumento de grande penetração que garanta a mobilização das comunidades... (de) um órgão dotado de mística", ... de um catalizador de diversos programas que necessitem de

(109) A preocupação em desenvolver programas de ação comunitária foi reativada no Ministério do Interior a partir de 1979, criando-se em agosto deste ano uma "Comissão de Ação Comunitária" ligada à Secretaria Geral. Mas, desde há muito funcionavam programas como os Centros Sociais Urbanos (CSU). A reativação prendia-se claramente à perspectiva de redemocratização e à questão eleitoral. Dentro deste quadro, no entanto, a Comissão do MINTER optou por uma linha de trabalho calcada sobre critérios tecnocráticos que – mesmo inseridos num contexto em que a ação e o desenvolvimento comunitário visavam o controle sobre a população – não era compatível com aquela proposta pelo Mobral. No texto de MINTER que circulou no Movimento Brasileiro de Alfabetização" e assinalado especialmente o trecho no qual a Comissão assinala a necessidade de um organismo que a nível nacional coordene as ações comunitárias.

apoio comunitário. Em contraste com a proposta enviada ao ministro são especificados aí os tipos de "programas de promoção humana" que o Mobral catalizaria: eles atingiam as áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, nutrição, lazer, defesa ecológica, habitação, trabalho, treinamento profissional e previdência social. Propunha-se também o Mobral não apenas como um canal de comunicação-institucional mas como um instrumento político de comunicação entre a população e os diversos níveis da ação governamental, ou seja, entre a população e o governo(110).

Com tal investida o Mobral logrou somar à oposição do MEC a oposição do Ministério do Interior, cuja proposta em matéria de ação e desenvolvimento comunitário era marcada pelas idéias correntes entre a tecnocracia desenvolvimentista(111).

Ao longo do ano de 1980, vendo crescer a oposição à sua sobrevivência dentro do próprio governo, o Mobral ainda tentou fazer modificações em sua metodologia que indicam a intenção de adaptar-se algumas exigências da tecnocracia. E tomou medidas concretas tanto no sentido de orientar prefeitos e elementos da comunidade ligada ao movimento bem como seus técnicos para a transformação do movimento num NOVO MOBRAL quanto de lançar uma grande campanha propagandística junto à opinião pública, repetindo os métodos da época do governo Médici. Foram realizados "treinamentos institucionais" em que todas as unidades da federação em torno do tema "Educação e Ação Comunitária"(112). Tais treinamentos estiveram baseados num documento denominado "Linhas Gerais para o planejamento de 1981" no qual a proposta de um "fluxo de planejamento partindo da base" e a orientação de "ouvir" e "atender" as necessidades da base dentro do enfoque de Ação Comunitária não conseguem

(110) Mobral. *Exposição de motivos* do Pres. do Mobral ao Ministro da Educação e Cultura (doc. mim. s/data).

(111) A oposição dentro do MEC pode ser vista claramente através da criação de programas como o PRODASEC e PRONASEC e do Programa de Ações Sócio-educativas da Secretaria de Ação Cultural, cuja direção abriu a discussão com especialistas em educação que fizeram oposição ao regime, e seus programas e buscaram absorver não só o discurso mas também formas de ação educativa junto à população que os técnicos governistas classificam como "carentes".

(112) Veja-se Mobral. *Linhas Gerais para o planejamento de 1981.* (doc. mim.), 1980. Veja-se também as Circulares nr. 15 de 10 de setembro de 1980 aos Prefeitos Municipais e nr. 164 (da Secretaria Executiva) aos coordenadores estaduais e territoriais.

disfarçar o autoritarismo entranhado no movimento. Podemos falar, aí, de uma espécie de tentativa mal lograda de absorção do discurso alternativo.

A tônica da nova ação comunitária era dada pela idéia de "planejamento participativo", no qual o "fluxo de planejamento" do movimento deveria partir da base, promovendo a "participação social da população". Trata-se, pois, de descentralizar as formas de planejamento do movimento. Reconhece-se aí implicitamente que as populações nunca havia sido ouvidas e que o movimento sempre pautara sua ação por padrões autoritários. Todo esse discurso é seguido de recomendações práticas que permitem identificar rapidamente os estreitos limites de tal "abertura". O documento deixa muito claro que a Comissão Municipal do Mobral constituía "o veículo através do qual a comunidade pode se expressar e ser ouvida". Ou seja, nada de grupos autônomos. Depois de ter "ouvido" a comunidade, identificando suas necessidades e interesses, a COMUM deveria se reunir e, com a assessoria de um supervisor ou de um elemento da coordenação estadual ou territorial do MOBRAL, fazer uma proposta de trabalho a qual seria enviada ao Mobral central que a analisaria e enviaria *respostas* que serviriam de base para a elaboração de um Plano Municipal de Ação. Constata-se, assim, ao nível dos documentos internos, a profunda centralização que caracterizou a atuação do Mobral durante toda a década dos 70 e a dificuldade de seus técnicos e de sua direção de pensar alternativas menos verticalistas e autoritárias que permitissem de alguma maneira o estabelecimento de outro tipo de relações entre o movimento e a população. Neste sentido, pode-se dizer que o MOBRAL – enquanto estratégia de ação legitimadora – optou desde o início por formas de ação reconhecidas por sua ineficácia política e educativa e que esta opção foi tão profunda que, em função de suas conexões com a questão da segurança nacional, não lhe foi possível a flexibilidade necessária para a adoção de formas de ação ideológica menos crassas e por isso mesmo mais eficientes.

As tentativas feitas pelo Mobral de adaptar-se à "abertura" devem ser complementadas pelo esforço realizado no próprio relatório de 1979, no qual é afirmado que seus planos para a nova década visavam "ideais mais participativos", já que – subjacente ao conceito de "promoção humana" apresentado como um dos conceitos-chave do Mobral – estaria aquele de "participação". Sua atuação comunitária visaria abrir "espaços efetivos para o diálogo e a participação", comprometendo-se com as "camadas menos favorecidas da nossa socieda-

de"(113). Mas o movimento lançou mão de todas as possibilidades de convencimento das autoridades de sua utilidade que entreviu. Assim, diante da demonstração de prestígio oferecida pela Igreja Católica junto às camadas populares durante a visita do Papa (julho de 1980) e das preocupações das forças governamentais com as Comunidades Eclesiais de Base, o Mobral também se propôs como um instrumento para a sua neutralização e para a organização da sociedade civil a partir do Estado.

Interpretando as palavras do Papa o Mobral afirma que ele havia recomendado "menor ativismo político" e perseveração em "formas de caridade"; no entanto, as Comunidades Eclesiais de Base estariam fragmentadas (pelas divergências de orientação) e parte delas escapariam ao controle da Hierarquia. A falta de coesão do movimento e sua instabilidade criavam, assim, um espaço que poderia ser ocupado por "iniciativa de ação comunitária controladas por órgãos governamentais que podem ocupar o vácuo previsto"(114). Na verdade, a perspectiva do Mobral é de combater as Comunidades Eclesiais de Base sempre que a ação destas transcendesse o âmbito religioso: — surgindo a partir da discussão de problemas concretos das populações as CEBs contribuiam na verdade para "viciá-las" nas reivindicações ao invés de contribuir para que elas mesmas resolvessem de maneira autônoma aos seus problemas. O que pretendia o Mobral — com seu modelo de ação comunitária — era "interligá-las aos mecanismos institucionais", evitando "distorções e deformações" na organização das populações carenciadas. Deste modo, seria o Mobral a contrapartida governista às CEBs, buscando neutralizar sua ação e cumprir a sua função de movimento legitimador das estruturas, do regime e do próprio governo, contribuindo para fortalecer as forças governistas no pleito eleitoral. Assim ele cumpriria a missão que desde há algum tempo ele próprio se assignava em muitos de seus documentos internos: a de servir de mediador entre o governo militar e a "população carente", de maneira a facilitar a realização de seus planos e assegurar sua legitimidade. Além disso, não foi esquecida a sua função de controle da população em nome da segurança interna: atingindo praticamente a totalidade dos municípios do país podia o Mobral, ser pensado como rede capaz de obter, direta ou indiretamente, dos seus agentes nas periferias urbanas e pequenas cidades a identificação das lideranças com indicações relativas às suas respectivas orientações, a denúncia da presença de elementos estranhos e idéias por eles propagadas, atuando como um auxiliar dos serviços de informação em todo o país.

(113) Mobral. *Relatório de 1979.*

(114) Mobral. GEPAC/SEDEC. *Documento de Análise do Prodac/Mobral e do problema das comunidades eclesiais de base,* 1980. Ver também MOBRAL versus Igreja. *ISTO É.* 03.12.1980. E como parte desta estratégia que deve ser vista a publicação do Mobral *Mensagem do Papa* cujo texto foi encomendado pelo movimento a D. Estevão Bittencourt. O conservador monge beneditino nos oferece aí um "resumo de algumas alocuções de S. Santidade" para que os mobralenses pudessem ler e reler com "maior profundidade" uma "síntese da mensagem do Papa". Tal síntese, feita a partir de 6 discursos escolhidos pelo próprio monge e comentados por ele, procura fazer dos pronunciamentos do Papa um instrumento de legitimação da ordem. Na própria apresentação, junto ao elogio ao engenheiro Arlindo Lopes Correia, presidente do Mobral, o monge ressaltava em que "insistiu muito Sua Santidade em não apelarem os homens para a violência e a luta de classes, apregoando uma ordem social distante de qualquer extremismo e baseada no amor mútuo e fraterno dos homens".

Esta proposta do Mobral chegou num momento em que as dúvidas a respeito do sentido do movimento penetravam todos os meios. Era, aliás, natural: produto do autoritarismo tal movimento não poderia resistir à discussão possibilitada pelo novo clima político.

A discussão pública dos resultados do movimento contribuiu para colocar a nu a sua ineficiência alfabetizadora e a sua ineficiência ideológica ligada à segurança interna. Difundidos os resultados das PNADs 76 e 77 foi questionado publicamente o investimento do Estado em semelhante programa. E o mau uso dos recursos certamente não contribuía para fortalecer o regime junto à opinião pública. Mais e mais foi se tornando claro que a imagem do movimento justo às classes populares era freqüentemente negativo. Finalmente, com a publicação do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - 1980/1985 ficou claro que o MEC não pretendia deixar espaço à sobrevivência do Mobral tal como ele existia. O Plano propõe a reversão completa da política educacional que predominou nos anos 70, deslocando a ênfase do ensino superior e de programas como o Mobral para o ensino fundamental, a educação pré-escolar e o ensino supletivo(115) — apontando, aliás para o único caminho que lhe restava diante do fracasso da política da década anterior a todos os níveis.

Coerente com os princípios enunciados no Plano o Ministro da Educação e Cultura enviou em meados de 1980 ao Presidente da Repúbli-

(115) MEC/Secretaria Geral. *III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto,* 1980-1985. Brasília, DDD, 1980.

ca uma Exposição de Motivos visando a reformulação do Mobral, no qual é proposta a seguinte linha para o movimento:

Utilizar a estrutura do Mobral para atender a "população carente" das periferias urbanas e das zonas rurais compreendendo a população infantil e adolescente não atendida pelo ensino regular de 1º e 2º graus, a população adulta não escolarizada e a população pré-escolar "carente". Sua política de ação deveria pautar-se pelos seguintes princípios: 1. pedagogia baseada na participação das pessoas consideradas sujeito do processo; 2. atividade apoiada nos recursos da comunidade; e. fomento às características culturais locais; 4. integração com dimensão do trabalho da cidadania; 5. educação adaptada ao modo de vida das populações e às suas necessidades básicas; 6. educação que reforce o dinamismo próprio de desenvolvimento comunitário. O documento estabelecia também suas áreas prioritárias de ação e sua estratégia. Quanto as áreas prioritárias eram definidas: 1. os problemas relativos às estruturas básicas da educação e da cultura através de iniciativas não formais dirigidas à clientela não atendida em idade escolar, de recuperação da clientela não atendida sobretudo do primeiro grau, de reforçar a estrutura do ensino supletivo, de colaborar na implantação gradativa do pré-escolar para crianças pobres em consonância com as iniciativas de outros Ministérios, de reconstituir as estruturas de docência básica, sobretudo na zona rural, de valorizar a cultura popular através da identificação de conteúdos educacionais regionais e locais apropriados; 2. às prioridades do MEC relativas às periferias urbanas e às zonas rurais, colaborando como órgão de contra-partida do MEC a iniciativas interministeriais, realizando a educação como preparação para a vida ativa, buscando formas alternativas de educação no sentido de atender melhor aos requisitos culturais da comunidade e de ampliar as ofertas de oportunidades educacionais. Quanto à estratégia de ação indicava o documento a necessidade de proceder à reformulação anual do Plano de Trabalho do Mobral, de integrar as ações do órgão às demais agências que se ocupam com a educação de base nas esferas federal, estadual e municipal, de modo a somar recursos materiais e humanos e de limitar tarefas e responsabilidades com vistas aos resultados, desativar projetos e programas que não se relacionem especificamente às prioridades e transferir as ações já implementadas a órgãos específicos da área deste ou de outros Ministérios. Tal reformulação do Mobral reforçaria "as bases da efetiva universalização da

educação" visada pela nova política do MEC(116).

Ora, tal proposta significava um intento de enquadramento do Mobral pelo MEC. Este, e não o Mobral, definia o movimento, estabelecia qual a população seria por ele atendida, qual a sua política de ação, quais as suas prioridades e qual a sua estratégia de ação, de acordo com a política geral do Ministério. Tal redefinição implicava numa completa reformulação do movimento, na modificação de sua pedagogia, de suas formas de ação, de seus programas. O MEC substituía a sua proposta inicial de extinção pura e simples do movimento pela concordância em relação à sua sobrevivência, desde que seus recursos pudessem ser somados aos parcos recursos do Ministério para a realização da linha política traçada pela nova administração. A proposta significava, na verdade, um intento de carrear recursos não-orçamentários para o ensino fundamental (de alunos em idade escolar ou para o supletivo) e para o pré-escolar, bem como para os programas ligados às periferias urbanas e às zonas rurais dentro da orientação ministerial que buscava absorver formas de ação do setor não-governamental.

A esta tentativa de enquadramento tentou o Mobral resistir, agindo de maneira independente do MEC, não reconhecendo sua administração a autoridade do Ministro e tomando medidas internas e propagandísticas que visavam a sua sobrevivência preservando a grande autonomia de que sempre gozou nos anos 70. Em tal resistência ficou evidenciado que não estavam em jogo apenas interesses políticos (e mesmo político-militares ligados à "segurança interna"); na sucessão de estratégias de sobrevivência adotadas pelo movimento ficou clara também a defesa de interesses particularistas (não somente do Presidente do Mobral mas de uma grande equipe da qual faziam parte numerosos militares aposentados e membros de famílias de militares bem como das firmas fornecedoras do material — didático ou não — comprado pelo movimento). Uma das tentativas feitas no sentido de escapar dos ameaçadores tentáculos do MEC foi a busca de um vínculo com o Ministério do Planejamento. Este intento de vinculação malogrou, no entanto, em conexão com a substituição de um ministro civil por um ministro militar na pasta da Educação, o qual mostrou possuir capacidade de articulação e negociação nas áreas militares junto às quais se apoiava o então Presidente do Mobral e força suficiente para "enquadrar" o movimento nas linhas políticas traçadas

(116) MEC. 26º Despacho. *Redefinição das Funções do Mobral* (cópia do original).

pelo MEC na gestão do seu antecessor e que foram em grande medida mantidas. Para tanto mostrou-se necessário destituir o presidente da instituição substituindo-o por um elemento disposto a trabalhar "dentro da orientação do ministério"(117). Mais que isto: — assistiu-se em seguida ao retorno da Teresinha Saraiva à Secretaria-executiva do movimento, retorno esse que é compatível com a re-orientação do movimento de acordo com diretrizes por ela defendidas na luta interna travada no Mobral entre 1972 e 1974. Mas tal medida tornara-se possível não apenas porque a indisciplina e a insubordinação da Presidência do movimento não eram suportáveis para um ministro militar mas também porque as fontes de apoio militar ao programa chegaram àconclusão de que seus efeitos legitimadores podiam ser dispensados, caso realmente existissem.

O enquadramento do Mobral implicou na retomada do filão aberto pelo ministro civil. Levar adiante a política proposta durante a gestão de um ministro militar tinha, além da vantagem de permitir o carreamento de verbas não orçamentárias para o MEC, um rendimento adicional: contribuía para refazer a imagem dos militares. Se a primeira "militarização" do escalão superior do MEC no início dos anos 70 conduziria a uma política educacional cujo desacerto já não mais podia ser negado, à segunda delas cabia abrir caminho aos técnicos nos canais decisórios, criando para os militares uma imagem de eficiência técnica-administrativa, de relativo liberalismo político e de preocupação com ampliação das oportunidades de educação para as classes populares.

4. *A PRIORIDADE AO PRÉ-ESCOLAR*

Como já indicamos, o final da década, com a liberalização do regime, trouxe uma redefinição da política da educação, esboçada durante a gestão do ministro civil e que abandonava os dois eixos principais da política dos anos 70 (a expansão do ensino superior e o Mobral) para dar ênfase ao ensino de primeiro grau. Isto era conseqüência, por um lado, do esgotamento da política daquela década e da inevitável crítica de especialistas e da opinião pública a seus resultados e, por outro, das modificações da conjuntura política que exigiam o atendimento dos interesses reais e reivindicações das classes populares na área educacional, expandindo o ensino fundamental. A possibilidade aberta ao Mobral desde então para sobreviver subordinava-se à prioridade

(117) Palavras do novo presidente do Mobral, engenheiro Cândido Augusto Joaquim Moreira ao tomar posse. *Jornal do Brasil*, 04.04.1981.

dada à expansão e melhoria de qualidade deste nível de ensino: o Mobral deveria desaparecer como campanha alfabetizadora e como movimento de ação comunitária, empregando seus recursos financeiros e técnicos na educação pré-escolar e, se possível — diante da descentralização financeira e de responsabilidades em relação ao ensino fundamental — ao escolar.

Já vimos que a substituição do ministro no final de 1979 não alterou as linhas gerais da nova política da educação. E o novo ministro logrou enquadrar o Mobral, assignando-lhe como tarefa o atendimento ao pré-escolar. Ao Mobral caberia dar assistência didática e atuar juntamente com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e com a Fundação Nacional de Material Didático (FENAME) na área do pré-escolar.

Cabem aqui várias questões. Como explicar que um movimento dedicado aos adultos apareça como competente para oferecer assistência didática ao pré-escolar? Qual o sentido de dar prioridade ao pré-escolar num país que não logra atender ao preceito constitucional de oferecer possibilidades de escolaridade obrigatória à sua população de 7 a 14 anos? Pode-se fazer a hipótese de que a influência da literatura ligada à chamada "educação compensatória" tenha contribuído para uma distorção da problemática e à excessiva valorização da educação pré-escolar (mesmo que em detrimento da escolar) e que se tenham desenvolvido justificativas apelando para os possíveis efeitos da educação pré-escolar sobre a educação escolar (reduzindo os índices de evação e repetência). Mas esta explicação é certamente insuficiente. O que justifica semelhante malabarismo é o fato de que os recursos orçamentários comprometidos com o ensino de primeiro grau são muito reduzidos, dispondo o Mobral durante muitos anos em sua existência de recursos comparáveis com aqueles que a União dispendia com as 8 séries do primeiro grau através do Departamento de Ensino Fundamental. Extinguir o movimento era abdicar de tais recursos; absorvê-los sem deixar ao Mobral uma área específica de atuação era retirar sentido à sobrevivência do movimento e expor-se à contestação dos recursos a ele destinados. Deixar ao Mobral a área do pré-escolar era buscar dar uma feição característica ao movimento possibilitando a sua sobrevivência como fonte de recursos, já que nada assegurava que, no caso de sua extinção, o MEC tivesse força suficiente para, competindo com outros ministérios e órgãos governamentais, manter aqueles recursos na área da educação. A reformulação do Mobral e seu enquandramento na política global do MEC resulta, pois, em parte da busca de novos recursos para a programada ênfase

sobre a educação da população infantil.

Mas a questão dos recursos não foi a única a ser considerada. A reorientação do Mobral significou na verdade uma auto-crítica parcial da política educacional dos anos 70 — com o que o governo evitou que as oposições obtivessem dividendos políticos do fracasso mantendo os recursos e também evitando o ônus da extinção do programa, que implicaria na aceitação plena e na admissão pública de que se tratava de um desacerto técnico e político. A fórmula encontrada para a sobrevivência do Mobral é também a fórmula através da qual ele é condenado à morte: pela descaracterização (e conseqüente desvalorização de sua ação anterior) e pela progressiva absorção do movimento pelo MEC. Tal como a abertura que possibilitou o debate sobre a extinção ela será lenta e gradual, num destino comum com programas e políticas acionadas na primeira metade dos anos 70. Esta morte lenta terá a função de evitar vários problemas que surgiriam com extinção brusca do Movimento. Em primeiro lugar a extinção atiraria ao desemprego um grande número de técnicos e profissionais bem remunerados localizados principalmente no Rio de Janeiro, muitos dos quais fortemente apadrinhados por militares, gerando insatisfação nesta parcela da classe média que em parte ainda se emprega através do clientelismo. Mais que isso: ela extinguiria uma fonte de renda de considerável contingente (basicamente feminino) nos municípios do interior do país, com conseqüências sobre a circulação de recursos nos municípios e reflexos sobre o comércio local. Afetaria igualmente as firmas junto às quais o Mobral realiza suas encomendas. Extinguir lenta e gradualmente o programa é dar tempo à realocação do seu pessoal no mercado de trabalho, à reorientação das firmas vendedoras e é diluir à crítica à política da década anterior.

7. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Nascido do autoritarismo o Mobral começa a morrer tão logo se inicia a liberação do regime, em que pesem as diversas tentativas feitas para sobreviver e que eram na verdade indícios de sua fraqueza. Com ele está sendo sepultada toda e qualquer esperança dos defensores do regime autoritário de pretender ter conduzido adequadamente a política educacional do país na última década e meia. O próprio criador do Mobral, o ex-ministro Jarbas Passarinho, que não hesitou em submeter a política da educação às exigências da conjuntura política no inícios dos anos 70, admitia em meados da década o fracaso substantivo da orientação levada à prática: sua única esperança estava ainda colocada no Mobral. Dizia ele na CPI do Mobral em 1976 que toda a política educacional da "Revolução Brasileira" podia ser discutível pois não havia logrado resolver o problema da adequação da universidade, nem do ensino profissionalizante de segundo grau e tampouco universalizado o ensino elementar. "Onde obtivemos êxito indiscutível... foi no Mobral... considero o Mobral o maior êxito obtido no programa educacional da Revolução Brasileira... O Mobral conseguiu contaminar a consciência nacional"(118). Se tal êxito não existia podemos concluir que o conjunto daquela política fracassou em conseqüência do seu abastecimento às necessidades de legitimação e de segurança do regime numa conjuntura determinada, sem considerar nem a experiência anterior nacional e internacional de reformas e organização de programas do gênero, nem as características do próprio setor educacional que fazem com que os efeitos de uma política se façam sentir a médio e não a curto prazo. O Estado autoritário podia prescindir do juízo que fizessem de seus programas tanto os profissionais do ramo quanto o público em geral, sendo o Mobral uma expressão de sua forma característica de atuar. Neste sentido tinha razão o então senador Eurico Rezende ao afirmar que "o Mobral, neste país, é um estado d'alma"(119). Deveria ter acrescentado que é um "estado d'alma" típico do período marcado pelo AI-5.

(118) Veja-se *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, 16.03.76, p. 370.
(119) Ibidem, 12.03.76, p. 251.